



Anais da Assembléia

Nº 157

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 150ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1979

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 127 e 139/79, de sua autoria, que visam respectivamente a criação dos Municípios de Três Barras do Paraná e Jesuítas.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. TANCREDO BENGHI, ex-Prefeito de União da Vitória e ex-Diretor do DER.

Outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

a) FUAD NACLI

GABRIEL MANOEL

Apoiamento: PALÁCIOS, TÉRCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo faleci-

mento do Dr. TANCREDO BENGHI, ocorrido na data de hoje em AUSTIN - TEXAS - EUA.

O extinto era pessoa muito querida no seio da família paranaense, onde exerceu durante muito tempo cargo de Diretor no Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: FABIANO BRAGA CÔRTEZ, GABRIEL MANOEL, FUAD NACLI, TÉRCIO ALBUQUERQUE, GILBERTO CARVALHO, NILSO SGUAREZI, DOMÍCIO SCARAMELLA, ERONDY SILVÉRIO, BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER, seja enviado um veemente apelo ao Ex.º Senhor Ministro da Previdência Social, para que autorize o credenciamento do hospital de CONSELHEIRO MAYRINCK, junto ao FUNRURAL, tendo em vista ser este o único hospital do município.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

JUSTIFICATIVA:

A medida almejada no presente requerimento se prende ao fato de que o Município de Conselheiro Mayrinck, hoje com aproximadamente 8.000 habitantes, se vê absolutamente desprovido dos benefícios do FUNRURAL. Convém notar que cerca de 6.500 habitantes deste montante, povoam a região rural do município.

Esta população, Senhor Ministro, se vê forçada a recorrer a outros municípios. Isto, além do risco de agravar a saúde dos pacientes, dos gastos de transportes e as conseqüências de um super atendimento nos municípios vizinhos (credenciados pelo FUNRURAL), tem levado os municípios a um estado de perquisição, uma vez que Conselheiro Mayrinck conta com um hospital com plena capacidade de acolher estes doentes.

Estes são os elementos, Senhor Ministro, que me levam a solicitar, em nome desta respeitável Casa, a autorização do credenciamento deste hospital, que conta com todos os requisitos exigidos pelo FUNRURAL, além de estar se notabilizando pela seriedade, zelo e competência com que vem acolhendo os enfermos daquele município.

É prudente lembrar que o fato de não ter gasolina nos feriados, tem levado a Prefeitura e outras entidades à situação bastante embaraçosa.

Os mesmo problemas, com certeza, tem enfrentado os Municípios de JARDIM OLINDA, CÂNDIDO DE ABREU, QUITANDINHA, FÊNIX, FLÓRIDA, PORTO AMAZONAS e mais cinco Distritos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja expedido ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, ofício solicitando a concessão de Abono de Emergência aos Servidores Públicos Estaduais.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

aa) NILSO SGUAREZI, FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os índices de inflação e da alta do custo de vida admitidos pelo governo, em base superior a 75% até o final do ano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, que sejam enviadas cópias do pronunciamento hoje proferido, a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo; General Danilo Venturini, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Dr. Gilberto Abreu, da Assessoria de Relações Públicas da Presidência, ao Deputado Federal Arnaldo Busato, bem como a todos os Prefeitos e Presidentes de Câmaras dos Municípios do sudoeste e oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo "As Mensagens de Televisão", de autoria de Athos Budó, publicado no jornal "Diário do Noroeste", da cidade de Paranavaí - PR, em data de 26.10.79. Para tanto encaminhamos em anexo cópia da publicação do citado trabalho.

Requer, ainda, que da aprovação deste, se dê conhecimento ao autor do artigo bem como ao órgão que o publicou.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

a) PINTO DIAS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento que recebemos uma notícia triste, a do falecimento do Dr. Tancredo Benghi, homem que serviu ao Paraná, engenheiro, ex-Diretor do DER, queríamos também assinar o requerimento de pesar de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate. Porque seria uma homenagem a esse homem, que, no Paraná, sempre lutou pelo desenvolvimento do setor rodoviário.

Soubemos da sua morte ocorrida nos Estados Unidos da América do Norte, deste homem, paranaense ilustre. Seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a homenagem singela ao sogro do atual Secretário de Esportes e Cultura, nosso companheiro de bancada, Deputado Luiz Roberto Soares.

Queríamos encaminhar um requerimento e colocar nossa assinatura ao requerimento de autoria do Deputado David Cheriegate, referente a esse infausto falecimento.

Famos entrar, neste instante, com um requerimento, solicitando a suspensão dos trabalhos, em homenagem a esse grande paranaense que foi Tancredo Benghi. A esse homem que, como já dissemos, afeito aos serviços concernentes às estradas, à malha rodoviária do Estado do Paraná, ex-Diretor do DER, ex-Prefeito de União da Vitória, homem que sempre teve o respeito, em todas as camadas políticas, de todos.

Por essa razão, dizemos: o Paraná está de luto.

Queríamos transmitir, neste instante os nossos pêsames à sua família e, ao mesmo tempo, solicitando ao Sr. Presidente, se, dentro do Regimento Interno, poderíamos apresentar um requerimento pedindo a suspensão dos trabalhos. Se for possível, solicitaríamos aos Srs. Deputados, o apoio ao nosso requerimento, e colocarem suas assinaturas ao requerimento de autoria do Deputado David Cheriegate.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após a votação do Projeto de Reforma Partidária no Congresso Nacional que se deu no último dia 21 e, depois dessa expectativa quanto ao Veto amplamente divulgado pela imprensa nacional de que o Presidente da República iria vetar -- sobre os artigos em que caíram as sub-legendas para as eleições majoritárias, dentro dessa expectativa toda, nós do MDB temos hoje uma notícia divulgada pelos jornais, de que, o nosso novo partido, em princípio irá se chamar PMDB -- Partido de Mobilização Democrática Brasileira -- cujo partido nós teremos a honra de passar a integrá-lo, junto com a grande maioria do MDB nesta Casa de Leis. Eu queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, nós continuaremos fiéis aos nossos princípios democráticos, ao povo que nos elegeu, a fazer oposição a este regime que ainda é ditatorial; e também queria dizer, Sr. Presidente, de que nós não somos e não seremos responsáveis por qualquer retrocesso político nesta Nação a qual se encontra na mão de uma cúpula que assaltou o Poder por mais de quinze anos.

Então, Sr. Presidente, quero aqui desta tribuna reafirmar de que continuarei a fazer oposição, até que nesta Nação tenhamos uma democracia plena, tenhamos um Presidente votado pelo povo e não um Presidente imposto através dessas eleições imorais que são as eleições indiretas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reafirmo aqui o meu voto de fé na continuidade da luta contra a prepotência, o arbítrio e a ditadura.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável ter que vir à tribuna a fim de contestar e tratar de assuntos que nenhum interesse traz aos municípios mas, deparei hoje com uma nota distribuída pelo Prefeito de São João do Ivaí -- "Ameaçado o Prefeito, solicita segurança".

Não é possível o que nós estamos assistindo naquele município. A preocupação em São João do Ivaí não é do Prefeito, a preocupação é do povo. Creio que, só uma ação popular poderá solucionar o estado de coisas que vem prejudicando aquele município, só uma ação popular poderá solucionar impasse cuja solução trará a possibilidade do seu desenvolvimento, quando aquele município progressista, de terras férteis voltará ao seus dias de tranquilidade.

A nota divulgada não tem procedência, a intranquilidade foi provocada pelo próprio Prefeito, pronunciamento este, elaborado de maneira irresponsável.

Essa semana foi emitido um boletim contando algumas indagações que o povo quer saber. Não aprovo o boletim, porque este não merece crédito e sim, a nossa reprovação mas, também não aprovo o pronunciamento irresponsável do Prefeito, feito através da Rádio Educadora daquele município, agredindo a família Bernini, qualificando-a como sem prestígio e chamando Clóvis Bernini, de ateu, atingindo até o progenitor de Clóvis Bernini, querendo responsabilizá-lo pelo Boletim que fora distribuído na cidade.

Clóvis Bernini comandou a minha campanha, e não é por isto que ele tenha que ser o responsável por um boletim que tenha sido distribuído na cidade; Clóvis Bernini foi à Prefeitura ver algo sobre INCRA com relação a uma sua propriedade e, encontrando o Secretário e cunhado do Prefeito, foi, por esse, desatado, tendo Clóvis respondido à altura, e, Clóvis não estava armado como afirma o Prefeito, eis que ele nunca usa arma.

Num dos pronunciamentos que fiz naquela cidade, desfazendo o pronunciamento do Prefeito eu disse que, no Município de São João do Ivaí, o único que estava contra a criação do Município de Lunardelli era a família sagrada do Prefeito, mas não quis fazer isso aí no sentido bíblico. É que toda a família

está abrigada na Prefeitura, o seu irmão, Vereador e funcionários, dá 23 na Prefeitura de São João do Ivaí. Portanto, é sagrado o lugar da família naquela Prefeitura, mesmo que tenha que mandar embora um chefe de família, um servente ou quem quer que seja, reservando o direito aos seus familiares. Por isso eu disse: família sagrada.

Espero que a Câmara Municipal de São João do Ivaí procure averiguar sobre algumas perguntas mencionadas que tem procedência e muita gente gostaria de saber, como, por exemplo porque os funcionários da Prefeitura não estão recebendo o pagamento em dia, enquanto muitos empréstimos, feitos através de financeira, e qual o juro que o município está pagando? Porque o ginásio de esportes, do outro lado da cidade, causando intranquilidade quando for realizar os jogos naquela cidade, terão os alunos que passar pelo outro lado, atravessando uma rodovia que poderá trazer intranquilidade às famílias?

Segundo, informações do porquê esse ginásio, do lado de lá da rodovia, foi para aproveitar um terreno, um loteamento do irmão do Prefeito? Como também aproveitou as casas populares, mas nós não podemos aceitar que um Município como São João do Ivaí sofra numa administração péssima, intranquilizando a todos. Se esse Prefeito está lá, não é pela vontade do povo. Mas uma vez eu critico a sublegenda, porque, se não houvesse a sublegenda, o Prefeito lá não estaria.

O Prefeito foi eleito com 2.476 votos. Clóvis Bernini que ele critica hoje que não tem prestígio, fez 2.244 votos e José Alves Costa, fez 1.943. Com esta soma, ele conseguiu ser Prefeito, se preparou melhor no dia da eleição, mas não quer dizer, com isto, que seja o homem que tem o voto em São João do Ivaí, e a prova foi dada nesta última eleição, quando eu, apoiado por este grupo contra o Prefeito, fiz 3.750 votos contra 900 do Prefeito.

Falei, Sr. Presidente, só para deixar registrado e para dizer que não há intranquilidade em São João do Ivaí, e que esta segurança que o Prefeito pede, ele vai à rádio, critica todo o mundo e depois vem pedir segurança. É como dar um tapa e correr da briga.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. -- (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna no Pequeno Expediente nesta manhã, para registrar a minha satisfação como paranaense e como Deputado da região Sudoeste, e também a minha satisfação pessoal pela visita ontem realizada, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, digo Senhor Presidente, Senhores Deputados, da minha satisfação em razão dos convênios ontem firmados entre o Governo Federal e Estadual, convênios importantes para o povo brasileiro do Paraná, como os destinados à habitação à população de baixa renda. Como aqueles firmados entre a Caixa Econômica Federal e a FUNDEPAR para a conclusão, ampliação, construção e equipamento de novos prédios escolares em Curitiba e no Paraná.

Digo também da minha satisfação, como representante de uma das mais progressistas regiões do Paraná, porque o Sudoeste foi, talvez, a região mais bem aquinhada com os convênios ontem firmados, especialmente porque Sua Excelência, o Presidente da República, determinou o lançamento do Edital de Licitação Pública para execução de uma rodovia de há muitos anos sonhada pelo Sudoeste; que é a rodovia que liga o Município de Marmeleiro a Salgado Filho até Barracão, na extrema divisa do Paraná com a Argentina.

Não só neste aspecto o Sudoeste foi beneficiado, mas

também com a possibilidade da construção de módulos habitacionais em quatro progressistas municípios de nossa região, como os Municípios de Chopinzinho, Santa Izabel do Oeste, Marmeleiro e Ampère.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse também que queria, nesta manhã, registrar a minha satisfação pessoal e de minha família, por um ato que considero de grandeza humana do Presidente João Figueiredo e de prestigiamento à classe política paranaense. Sua Excelência, o Presidente da República, quebrando o seu roteiro pré-estabelecido, depois de ter visitado a centenária Paranaguá, antes de concluir os seus programas oficiais em Curitiba, ele dirigiu-se à residência do Deputado Federal Arnaldo Busato, que todo o Paraná conhece pelo valor de sua luta. Um homem que não é figura de retórica dizer-se que ofereceu a sua vida em holocausto pela sua gente. E o Presidente da República, ele pessoalmente, tendo tido conhecimento da situação da saúde do Deputado Arnaldo Busato, resolveu ir à sua residência. Por lá permaneceu por mais de quarenta minutos, num diálogo fraternal, humano, com um companheiro seu de partido, como o Deputado Arnaldo Busato.

Creio que isto dá a exata dimensão da grandeza humana do Presidente João Figueiredo. A família do Deputado Arnaldo Busato, os seus parentes, como eu, não consideram a visita do Presidente Figueiredo que para nós é extremamente honrosa, e que significou uma espécie de transfusão de sangue para que o Arnaldo possa melhorar e possa enfrentar os embates da vida, para nós não significa apenas uma homenagem ao passado de trabalho de Arnaldo Busato, mas significa também uma homenagem à um dos mais legítimos representantes da classe política. E, por isto, ocupo, pela vez primeira na minha atividade Parlamentar, esta tribuna, para registrar um fato de caráter pessoal que envaidece ao Arnaldo Busato mas que deve representar, sobretudo, um estímulo e uma demonstração de respeito que o Presidente Figueiredo tem para com os seus companheiros de partido e para com a classe política.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Deputado Severino Almeida Filho, primeiro vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, bem como do Sr. Prefeito de Vertentes, Ozair Cavalcanti, e do Sr. Valdomiro de Souza Lima, Assessor de Gabinete do Prefeito de Recife.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, nobre Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Senhor Presidente.

Existe um conjunto de fatores que influi no fortalecimento econômico de uma região ou de um Estado. Entre esses fatores, ocupa lugar de destaque o sistema viário. Não adianta produzir, se não há estradas para o escoamento da produção. Sente isso sobretudo o agricultor, condenado a ver apodrecer na roça, tudo o que produziu, enquanto na cidade, faltam os gêneros alimentícios, e os preços destes sobem vertiginosamente, para desespero do consumidor.

Não é de estranhar-se pois, o desânimo que impera entre os produtores da região que vai de Nova Olímpia a Pérola, passando por Icaraima e outras florescentes cidades.

A situação é bastante precária, porque, sendo uma região constituída de arenito de Caiuá, as estradas carroçáveis se tornam intransitáveis em tempo de chuva. É comum vermos ao longo delas, veículos encalhados, e, em consequência disso, há perda total dos produtos perecíveis.

Sabemos ter sido elaborado projeto para construção de moderna rodovia, com pavimentação asfáltica, abrangendo o seguinte traçado: Pérola-Douradina-Vila Alta-Ivaté-Icaraima-Nova Olímpia.

A população local ficou radiante ante essa auspiciosa notícia. Mas, o desencanto não demorou, porque o projeto ficou apenas no papel, e o sofrimento continua.

Em virtude disso, como intérprete dos justos anseios do povo daquela rica e abandonada região dirigimos caloroso apelo

ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Secretário de Transportes e ao Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de que dito projeto seja desengavetado e posto em execução. O asfalto é a grande solução para toda a zona, a fim de que a estrada possa dar passagem com qualquer tempo, com chuva ou com sol, e, assim, a produção agrícola tenha o necessário escoamento, para benefício, inclusive, do Tesouro do Estado, pelo aumento da receita pública na comercialização dos produtos.

Solicitamos: à Mesa que enderece ofício, com o nosso apelo, às autoridades retro-mencionadas, para que, dentro do menor prazo possível, passe a existir rodovia moderna e asfaltada entre Pérola e Nova Olímpia, via Icaraima.

Aproveitamos o ensejo para solicitar que seja enviado também expediente ao Ministro dos Transportes e ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem objetivando o reinício e o apressamento das obras de asfaltamento da rodovia Federal, destinada a ligar entre si as cidades de Icaraima e Umuarama.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1979.

a) EDILSON ALENCAR

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) - Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero reservar o primeiro minuto do meu pronunciamento, para prestar uma homenagem póstuma a um grande amigo, um grande amigo do Paraná, ex-Engenheiro Chefe da Residência da DOE de União da Vitória, ex-Engenheiro Residente do DER, em União da Vitória, ex-Diretor Técnico do DER do Paraná e ex-Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, engenheiro Tancredo Benghel, que faleceu na data de hoje, deixou grandes obras e prestou grande trabalho ao Paraná, dando muito de sua vida, com seu esforço, com seu trabalho.

Mas Sr. Presidente faço também, neste instante, como um momento de alegria, uma saudação ao Primeiro Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Sr. Deputado Severino Almeida Filho, ao Sr. Prefeito de Vertente, Sr. Zair Cavalcanti, Sr. Waldomiro de Souza Lima, Assessor de Gabinete do Prefeito de Recife.

Queremos que essas autoridades e nosso Companheiro de Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Estado que conhecemos, porque, lá já estivemos duas vezes, quando éramos Presidente da União Paranaense de Estudantes. E todo o povo brasileiro que por lá passa, que lá chega, sempre traz um carinho do seu companheirismo, da sua hospitalidade e, acima de tudo, um grande exemplo de luta, pelo entusiasmo do pernambucano. E por isso mesmo, quero que esses caros pernambucanos sintam-se no Paraná como se estivessem em suas casas.

E aqui, na Assembléia Legislativa, tenham em nós, em cada um de nós, um companheiro, um amigo, um irmão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já ocupei esta tribuna para que encaminhassemos um apelo ao Presidente Superintendente do INAMPS, Sr. Harry Greif, no sentido de que fosse autorizado o credenciamento do Hospital de Conselheiro Mairink junto ao FUNRURAL.

Os papéis se encontram prontos há mais de seis meses. E no mesmo caso, temos ciência que outros também se encontram, como os de Jardim Olinda, Cândido de Abreu, Fênix, Quitandinha, Flórida, Porto Amazonas e mais cinco distritos, encontram-se em situação idêntica.

Mas, Conselheiro Mairink que conta, hoje, com aproximadamente oito mil habitantes, se vê absolutamente desprovida de benefícios de FUNRURAL. É uma população marcadamente pobre e que depende, nos casos de saúde, de deslocamento a outras cidades. Mas que, por seus poucos recursos, normalmente, não tem condições de se locomover. E em se tratando de uma

emergência, torna-se mais difícil ainda porque com o preço do combustível e também com o seu não fornecimento aos sábados e domingos, às vezes, tem faltado condições para que se locomovam a outras cidades a fim de serem atendidos. E, diga-se de passagem, ultimamente têm sido mal atendidos em outras cidades em que procuram esse atendimento.

Sr. Presidente, como o tempo é curto neste Expediente, darei por lido o requerimento ao Sr. Ministro da Previdência Social, Sr. Jair Soares, para que envide todos os esforços no sentido de que, com a maior urgência possível autorize o credenciamento daquele Hospital junto ao FUNRURAL. E também peço à Mesa, que anexe este ofício que deixo de ler por falta de tempo assinado por todos os Vereadores e pelo Prefeito, que retrata muito bem a situação da Assistência Médica naquele município.

Muito obrigado. - (**Sem revisão do orador**)

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) - No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O amor pela terra e pelo trabalho do campo é um convite não, a uma volta nostálgica ao passado, mas, a uma afirmação da agricultura com base numa economia sadia no conjunto do desenvolvimento e do progresso social de um país e do mundo. A colaboração ativa das classes rurais assume importância crescente em todo o processo de crescimento da coletividade. É óbvio, que é sempre preferível e desejável que a cooperação nas opções econômicas, sindicais e políticas se realizem de maneira pessoal e responsável, isto, constitui, certamente, nos diversos sistemas econômicos e políticos, a maturação gradual de uma autêntica expressão daquela liberdade que é o elemento indispensável do verdadeiro progresso."

Sr. Presidente, estas são palavras de Sua Santidade o Papa João Paulo II, quando participou da Conferência Mundial sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural promovida pela Organização das Nações Unidas, em Roma, no dia 12 a 20 de julho deste ano. E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 30 de novembro, é uma data que deveria ser, para a agricultura brasileira e principalmente para os trabalhadores rurais brasileiros, comemorada com muita ênfase e com grandes festejos, mas, infelizmente isto não acontece, pois, no dia 30 de novembro de 1964, há exatamente 15 anos atrás, o Presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco, encaminhava ao Congresso Nacional o projeto de lei instituindo a Reforma Agrária neste País e que lamentavelmente até hoje, esta lei não saiu do papel e por ser ainda, no meu entendimento, atuais as palavras contidas na Mensagem n.º 33 do Presidente Castello Branco, passarei, Senhor Presidente, a fazer a leitura desta mesma mensagem no dia de hoje.

(Lê): "Senhores Membros do Congresso Nacional.

Na forma do artigo 4.º, parágrafo único, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

2. No estrito cumprimento do dever que o Ato Institucional lhe conferiu de restaurar a ordem social, econômica e financeira do País, lembra o meu Governo em incluir este Estatuto entre os principais projetos de lei a serem submetidos ao Congresso Nacional.

3. Entre tantas providências a solicitar a atenção do Governo e do Congresso, quer o Poder Executivo destacar a prioridade que dá à solução do problema agrário, regulamentando assim, após quatro lustros de vigência da atual Carta Magna o imperativo constitucional de "promover a justa distribuição na propriedade, com igual oportunidade para todos".

4. Honra ainda o Executivo Brasileiro os compromissos internacionais assumidos na Carta de Punta del Este, a qual em

seu título primeiro, artigo 6.º, dispõe que as Repúblicas Americanas procurarão, entre outros objetivos a serem atingidos nesta década:

"Impulsionar, respeitando as particularidades de cada País, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento de seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade."

5. São óbvias as razões para essa atribuição de prioridade. A necessidade de se dar à terra uma nova regulamentação, modificando-se a estrutura agrária do País, é de si mesma evidente, ante aos anseios de reforma e justiça social de legiões de assalariados, parceiros arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultiva. A ela se soma, entretanto, no sentido de acentuar-lhe a urgência, a exasperação das tensões sociais criadas, quer pelo inadequado atendimento das exigências normais no meio agrário, como assistência técnica e financiamentos, quer pela propósição inquietação, quer para fins políticos subalternos, o Governo anterior propagou pelas áreas rurais do País, contribuindo para desorganizar o sistema de produção agrícola existente, sem substituir por outro mais adequado.

6. Ao invés de dar ao problema uma solução de direção e construção, a ação governamental só se exerceu na exasperação das tensões, no agravamento das contradições do sistema rural brasileiro, levando a inquietação a toda a parte; tanto no campo como às áreas urbanas, tão dependentes de abastecimento na interdependência a que a industrialização e a concentração urbana estabelecem com relação ao sistema agrícola.

7. As tentativas de solução por encaminhamento do Governo revelaram-se todas irrealistas e inviáveis, já que o de que se cuidava era menos de encontrar a fórmula de equilíbrio, do que de expectativas, acenar com perspectivas de favorecimento de classes em detrimento de outras, sem sinceridade e sem o propósito de resolver o problema com equanimidade e dentro de nossas possibilidades reais. Não é lícito, porém, utilizar-se o desamparo e desespero do povo como armas políticas. Não é honesto criar perspectivas risonhas, mas vãs e temerárias. Menos ainda quando se trata de classe desfavorecidas que não devem ser enganadas com ilusórias esperanças.

8. Foi esse o ambiente social e político que o atual Governo encontrou implantado no País com relação a problema tão grave e profundo. Não poderia o Governo permitir que o problema da Reforma Agrária continuasse sendo simplesmente verbalizado por políticos inescrupulosos, que num acinte às próprias idéias que pregavam, adquiriam imensos latifúndios. Por isso, tratou de dar prioridade absoluta à questão, estudando e encaminhando soluções econômicas e jurídicas dentro das reais possibilidades do País, conjugando fórmulas pendentes a forçar as atuais estruturas agrárias a uma rápida e efetiva modificação, como se verá no exame que adiante se fará do projeto. Quer, antes, caracterizar esta proposição como realística, equilibrada, honesta e correta solução do problema agrário brasileiro.

FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

9. A necessidade de uma lei de Reforma Agrária não é só do Brasil, mas fato constatado na generalidade dos países. O incremento da demanda de alimentos em face do crescimento da população e das profundas modificações organizacionais geradas pela industrialização e pela concentração urbana obrigaram em toda a parte à modificação das estruturas agrárias. A

sensível diferença, outrossim, no ritmo de melhoria entre as condições de vida da população rural e urbana, estavam impondo uma participação mais ativa do Poder Público na remoção dos obstáculos do progresso social da camada assalariada da classe rural. Representando cerca de 52% do contingente demográfico ativo na agricultura, essa população sem terra tem estado praticamente alijada dos benefícios do nosso progresso, formando um vazio sócio-econômico, tremendamente mais sérios que os nossos vazios geográficos.

10. Por isso só se vêm agravando as contradições e desigualdades da estrutura agrária do Brasil. Dados colhidos no Censo Agrícola de 1960 demonstram que menos de 1% dos estabelecimentos absorve a metade da área total; ao revés, mais de 50% dos pequenos imóveis rurais ocupam menos de um quarto dessa área. Comparativamente à situação verificada pelo Censo Agrícola de 1950, a posição relativa dos estabelecimentos de menos de 100 hectares, permaneceu mais ou menos a mesma, enquanto aumento o número das propriedades de menos de 10 hectares, revelando um desfavorável parcelamento dos estabelecimentos de dimensões médias.

Essa distorção fundiária pode ser ainda avaliada pelo aumento da percentagem de área ocupada pelos estabelecimentos rurais que se enquadram nos extremos das classes da área. Dados referentes ao último período inter-censitário revelam, na verdade, um inconveniente aumento da ocupação de área tanto no que tange às propriedades com área superior a 10.000 ha como nos estabelecimentos com superfícies inferiores a 10 ha.

Particularmente com relação a estes últimos, o aumento verificado mais de 76% — identifica uma inconveniente anomalia estrutural que cabe a uma Reforma Agrária corrigir.

11. O quadro se completa pela precariedade das condições existentes no meio agrário: uma elevada percentagem da população dependente da atividade agrícola; níveis de tecnologia e de mecanização, bastante reduzidos; pequena área cultivada por trabalhador ocupado; condições de vida das mais precárias, no que se refere a habitação, educação e nível sanitário. Por isso mesmo é reduzidíssima a produtividade e a rentabilidade "per capita" no meio rural brasileiro, bastando que se atente à seguinte relação: no Brasil, um indivíduo ativo na agricultura provê alimentos para cinco outros, enquanto na França, Canadá e Estados Unidos a mesma relação é de uma parte para dez, um para vinte e um para trinta, respectivamente.

12. O problema agrava-se agudamente com a crescente industrialização do País e com a concentração populacional nos grandes centros urbanos. Toda essa população, absorvida no trabalho urbano cria exigências cada vez maiores de suprimento de alimentos, demandando uma organização mais sistematizada de sua produção, transporte e distribuição. Em contraposição o crescimento da produção industrial gera a necessidade de alargamento do mercado consumidor, ou seja, a incorporação de novas áreas da população ao consumo dos produtos industriais, o que se obterá pela elevação dos padrões econômicos da população rural, facultando-lhe poder aquisitivo para acesso aos produtos manufaturados.

A interdependência entre campo e meio urbano e industrial é contingência do próprio desenvolvimento econômico do País e essa interdependência traduz-se nos seguintes aspectos fundamentais do processo de crescimento e integração nacionais, dando à Política de Desenvolvimento Rural várias e insubstituíveis atribuições: a) suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;

b) concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externo;

c) criar, pela elevação do nível de vida no meio rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do País;

d) concorrer para que se estabeleça um equilíbrio nas mi-

grações entre o campo e a cidade, tanto pela criação nas áreas urbanas de empregos para absorver a mão-de-obra liberada do campo pela introdução da tecnologia, como pela ampliação das fronteiras agrícolas para a colocação de parte da mão-de-obra anualmente acrescida pelo incremento demográfico;

e) fixar, na vastidão do território nacional, núcleos de atividade permente, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas que só a continuidade e a tradição agrária possibilitam.

13. Impossível é dissociar-se o baixo nível de produtividade agrícola do País do sistema de propriedade, posse e uso da terra. As relações de trabalho ligam-se, como não poderia deixar de ser às condições em que ele se exerce. Não havendo estímulos especiais para o aumento da produtividade, não recebendo o trabalhador agrário, via de regra, retribuição proporcional ao acréscimo da lucratividade, o desestímulo é consequência inevitável. A propriedade da terra, ao invés de se ligar à sua exploração agrícola, à sua utilização, converte-se na apropriação com intuito especulativo. Ao invés de buscar os frutos da terra o proprietário rural não raro, contenta-se em deixá-la com reduzida ou inexistente produtividade, visando apenas a valorização fundiária como decorrência do progresso geral do País, pela abertura de novas vias de comunicação, pela criação de novas localidades, vilas ou cidades, pela difusão dos vários meios de progresso como a eletrificação rural, os grandes açudes e barragens, as obras públicas em geral ou influxo indireto de outras atividades. Mantendo a terra inativa ou mal aproveitada, o proprietário absentista ou descuidado veda ou dificulta o acesso dos trabalhadores da terra ao meio de que necessitam para viver e produzir.

14. Impossibilitados de ter acesso à terra própria, além da produtividade reduzida, o trabalhador rural não cria para si, condições de melhoria de padrão de vida. Não introduz práticas novas, não absorve qualquer técnica tendente a aumentar a produtividade. Sem possuir terra não pode exigir a concessão de facilidades creditícias da assistência técnica, da mecanização, do aperfeiçoamento, do sistema de escoamento dos produtos agrícolas. A experiência universal mostra que a modificação da estrutura agrária de países que realizaram reformas agrárias bem sucedidas, cria condições novas para o trabalho rural e força a modificação dos sistemas creditícios, assistencial e de mecanização.

SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

15. Ausentes os males, é forçoso examinar-se as soluções. Duas opções desde logo se apresentam para solucionar o problema: a opção socialista e a democrática.

Caracteriza-se a primeira pelo seguinte delineamento:

a) visa à transferência, imediata ou progressiva, da propriedade da terra para o Estado;

b) elimina a liberdade de iniciativa, determinando a cada trabalhador do campo a execução de tarefas pré-determinadas de acordo com um plano global do Estado;

c) transforma os trabalhadores em simples usuários da terra que é de propriedade coletiva ou do Estado, suprimindo o estímulo da vantagem do aumento de produção.

16. A opção democrática baseia-se no estímulo à propriedade privada, no direito do agricultor proprietário aos frutos de seu trabalho e naturalmente, ao aumento da produtividade, reintegra a propriedade em sua natural função social, condicionando seu aproveitamento ao bem-estar geral; cria, com base no conceito modular de área do estabelecimento rural, um sistema que permite a formação de propriedades de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar."

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, realmente esta mensagem histórica do ex-Presidente Castello Branco, deixou de ser histórica porque ficou no papel. Tinha o Governo todas as chan-

ces de cumprir com a lei de Reforma Agrária, a Lei de Estatuto da Terra. E nós nos perguntamos hoje, após quinze anos, assim como se pergunta Sua Excelência, o porquê não se concretizou tão elevado plano de reforma social, como é a Reforma Agrária. Aos nos indagarmos porquê, chegamos à reflexão e a comparar com todas as outras Reformas Sociais conseguidas e conquistadas no mundo Ocidental, nós vemos que nenhuma reforma se processou sem a participação efetiva das bases. Não basta, simplesmente a predisposição de cúpulas governistas para que, de fato, se realize.

Assim nós tivemos a luta em torno dos ideais democráticos, que surgiu de uma luta de uma base na Revolução Francesa. Assim nós temos na história do sindicalismo riquíssimos exemplos que os próprios sindicatos só conseguiram legalizar e se instalar nos poderes, ou nas sociedades democráticas, a partir de ferrenhas lutas da base.

A própria Lei Trabalhista, transferida da Europa para o Brasil, lá na Europa foi conquistada através de árduas lutas de preparação das bases e dos próprios trabalhadores. A Cooperativa que no início era considerada inclusive como um órgão comunista teve no Brasil lutas enormes; teve ferrenhas lutas nas bases para que sejam hoje reconhecidas como legais.

Então nós chegamos a um ponto de reflexão no sentido de dizer que das bases sindicais, da consciência e da luta efetiva do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que Sua Excelência tão bem dirige, depende em grande parte uma grande peça, uma peça importante de pressão para que a reforma agrária se realize realmente. E acredito que somente daí poderá surgir uma reforma agrária. Porque os 15 anos de desvio de Reforma Agrária, de desvio dessa importantíssima mensagem que Sua Excelência lê hoje, da tribuna, são provas concretas de que o governo só realizará as reformas prometidas se a base o exigir, se a base, conscientizada e unida, passar a lutar por elas. Do contrário, nós não poderemos esperar Reforma Agrária nenhuma. Porque o Poder infelizmente está dominado pelo latifúndio. Seria apenas essa observação, à sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, a importância dessa Mensagem do Presidente Castello Branco, é exatamente pelo conteúdo, principalmente no início. Quando se evoca o estado em que se encontrava o País antes de 64, com respeito ao problema fundiário brasileiro.

Onde o próprio Presidente Castello Branco, denuncia as grandes concentrações de terras nas mãos de uma minoria privilegiada neste País. Onde ele evoca a necessidade urgente para que haja um equilíbrio entre o meio rural e o meio urbano. É lamentável, que uma lei dada como prioridade pelo movimento revolucionário brasileiro, em 1.964, entre tantas, para se alcançar, como diz o próprio Presidente Castello Branco, a verdadeira paz e justiça social neste País, hoje, 15 anos após, ainda não saiu do papel, ainda não se fez absolutamente nada. Se tentou, não sei por quem, não sei para que, abrir na Floresta Amazônica, um picadão e jogar ali milhões e milhões de cruzeiros; tentando, para justificar esse picadão abrir pequenas propriedades, levando gente do sul ou de outras regiões do Brasil, sem nenhum critério, sem nenhuma condição de se sentir se haveria possibilidade de se adaptar àquela região.

E por isso, Sr. Presidente, é que hoje nós modestamente, e numa pálida homenagem à Reforma Agrária Brasileira. E quem sabe, a gente daqui há algum tempo, poderá se por verdadeiramente em prática, aquilo que o Governo brasileiro após 64 considerou como prioridade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do MDB se usará de seu horário.

(O Sr. Fidelcino Tolentino usará da palavra)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje falam do decurso de prazo em que é aprovada a Mensagem, elevando a taxa para os serviços dependentes da Secretaria de Segurança.

Sr. Presidente, neste último dia do mês de novembro, temos a oportunidade de dizer que somos forçados a vir a esta tribuna, para falar, novamente, do funcionalismo público estadual.

(Lê): "Na oportunidade em que os Servidores Públicos deste Estado passam por angustiada situação econômica, ocupamos esta Tribuna em nome da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, o qual ainda vive em toda a sua plenitude em defesa do interesse do povo que sempre o prestigiou, para fazermos um derradeiro apelo às autoridades constituídas do Paraná, nesse aflitivo momento!

Desde o início do ano, por mais de uma dezena de vezes, aqui estivemos para alertar a todos, que, dada a incontida inflação e principalmente aos fatores externos, como as seguidas altas do petróleo e a crise do Irã, o índice do custo de vida em nosso Estado seria fator preponderante para que o Funcionário Público tivesse seus vencimentos reajustados em duas oportunidades, no corrente ano.

Assim, já nos primeiros meses deste ano, quando esta Casa iniciava seus trabalhos, dispondo apenas dos dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas e pelo IPARDES, além dos demais fatores sobejamente conhecidos por todos os brasileiros, elaboramos trabalho projetando a alta do custo de vida nesta capital, e encontramos os índices de 32,01, para julho e 38,33 para agosto, daí afirmarmos com segurança, naquela ocasião, que, em setembro, o Funcionário Público do Paraná teria o reajuste de 1979 engolido pela inflação, regredindo às Tabelas de 1978.

E, infelizmente, naqueles meses, o IPARDES veio confirmar oficialmente: 32,01 a alta do custo de vida em julho e, 38,89 o total até agosto. A diferença foi de apenas alguns décimos!

Os dados de que dispúnhamos, repetimos, eram públicos e notórios. Nossa calculadora, de bolso e de funcionamento à pilha! Daí, perguntarmos: onde estava nessa hora a equipe de Ministros, Secretários, economistas e economeses, os dados oficiais e oficiosos, os Henriques, Delfins e outros "infalíveis" que apontavam uma utópica meta de apenas 18% de inflação à curto prazo?

É de se lamentar sabermos que tais cérebros que regem os destinos de nossa Nação dispõem de computadores e até de instrumentos mágicos e têm a pretensão de controlar até mesmo os fatores externos que nem sequer as grandes potências estão podendo segurar nas suas próprias inflações...

Mas, nosso alerta não parou aí.

A partir de setembro, com o recrudescimento da crise do Petróleo, afirmamos por diversas vezes mais, que a inflação e a alta do custo de vida poderiam alcançar ou até mesmo superar a casa dos 70%, quando os Servidores Públicos Estaduais passariam a perceber pelas Tabelas vigentes em 1977.

Naquela oportunidade, o Governo do Estado encaminhava Mensagem a esta Casa, propondo um reajustamento de vencimentos de apenas 42%, a partir de 1.º de janeiro de 1980.

Dissemos de sua insuficiência, e clamamos para que viesse uma Mensagem Complementar para sanar suas deficiências apontadas naquela ocasião. Entretanto, não fomos ouvidos! E nem atendidos!

Recebemos a criação do PAS - Parcela Adicional Social — como inovação que poderia ter amplo sentido social, desde que integrasse o vencimento básico dos servidores, e não passasse

de mais um pequena gratificação reajustável semestralmente, seu único mérito, aliás, é este, como foi proposta. Apresentamos Emenda na Comissão de Constituição e Justiça, mais de uma, inclusive, com um voto em separado da nossa bancada, denunciando a flagrante inconstitucionalidade do dispositivo que veda "servir", a mesma, para base de cálculo para quaisquer outras vantagens", quando o dispositivo anterior autorizava tal procedimento, para a Magistratura. E apontávamos a deficiência de ordem constitucional, não só a perfilada nos ditames da Constituição, mas sobretudo o do Princípio da Isonomia do Direito Sr. Presidente!

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Fidelcino Tolentino, quero inicialmente cumprimentar Vossa Excelência, por trazer a esta Casa na manhã de hoje, novamente, o assunto "Funcionário Público Estadual".

Vossa Excelência tem sido, indiscutivelmente, o Parlamentar que mais tem lutado, tem falado em defesa do funcionalismo público do Paraná. Digo isto, ilustre Deputado, hoje, na condição de seu colega e, também, deixo o meu testemunho quanto à sua atuação na Legislatura passada, quando eu a acompanhava através da imprensa, acompanhava a sua luta em defesa dos funcionários públicos do Estado do Paraná, porque fui servidor público durante 10 anos. Ficam aqui, portanto, os meus cumprimentos a Vossa Excelência e também o reconhecimento de um ex-servidor público que, hoje, é seu Colega de bancada, para minha honra, nesta Casa de Leis!

Mas a razão da minha intervenção, ilustre Deputado, é para deixar também registrado nesta Casa, o testemunho da sua luta neste Projeto de aumento ao servidor público do Paraná. E lamentavelmente, a violência Legislativa mais uma vez se fez presente, evitando com que uma emenda subscrita por Vossa Excelência pudesse ser devidamente analisada e discutida pelo Plenário desta Casa, com o objetivo único e exclusivo de adequar aquele projeto, à realidade que estamos vivendo.

Vossa Excelência muito bem disse — e repito aqui — este aumento de 42% que o Governo propôs passa a vigorar a partir de janeiro próximo, quando chegar à época, estará efetivamente defasado; 58%, nobre Deputado, de aumento da gasolina e, aumentou a gasolina, aumenta tudo! É mentira desse seu tal de Viacava, Secretário do Abastecimento, dizer que a gasolina não aumentará o custo de vida. É mentira vergonhosa, porque aumentará; com o aumento da gasolina, aumentará tudo, nobre Deputado; em seguida, vem o repique dos 55% do aumento da tarifa de energia elétrica; e como se não bastasse, vem também o aumento das taxas de despesas bancárias. Para que mais dinheiro para esse banqueiros? O que deve ser feito, nobre Deputado, é fechar metade desses bancos que estão solapando o povo brasileiro e, não, aumentar taxas de serviços, para o povo pagar; e agora, nobre Deputado, anuncia-se o aumento das tarifas telefônicas também na mesma ordem, de 55%. Então, onde é que vamos parar, nobre Deputado? E esses 42%, será que em janeiro, fevereiro, quando o servidor público for colocar as mãos nesse dinheiro, será que esse dinheiro estará representando a realidade de então? Claro que não!

Vossa Excelência está de parabéns, e esta Assembléia, infelizmente, peca, falha, em decorrência desta violência que é esta violência Legislativa deste abuso que eu diria que é este decurso de prazo.

Portanto, cumprimento Vossa Excelência e lamentavelmente fico a ver, tristemente, que o funcionalismo público do Paraná vai receber um aumento que, na realidade não condiz com os 42% que hoje se apregoa.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, que veio enriquecer e prestar uma homenagem a este modesto companheiro de bancada. Dizia Senhor Pre-

sidente e prossigo: Apresentamos outras três emendas, inclusive prevendo a antecipação do aumento para 1.º de novembro e clamamos por igualdade, mas a reação que encontramos, por parte dos representantes do Governo, com a devida vênia, foi a pior possível.

O projeto de lei não veio a plenário para ser discutido e será aprovado, por decurso de prazo, com todas as suas imperfeições e isto há de ganhar expectativa inclusive no Poder Judiciário, porque serei o primeiro, Sr. Presidente, a dizer inclusive a orientar o funcionalismo a ingressar na Justiça e reclamar os seus direitos e eles estão estribados em preceitos constitucionais, preceitos estes previstos na Carta Superior da Nação.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já concederei o aparte a Vossa Excelência.

E o sacrifício do servidor público do Estado, uma vez mais será marcado pelo descaso com que é invariavelmente tratado. Para agravar a situação, os jornais de hoje abrem a seguinte manchete: "Governo admite a inflação de setenta e cinco por cento em 79". Somente agora, no final do ano, confessam a incapacidade. Nossas previsões baseadas em fatores conhecidos, estão registrados nos Anais desta Casa.

Voitamos a insistir em aproximadamente uma dezena de oportunidades diferentes.

Por essa razão, protestamos contra a indevida retenção do projeto de lei resultante da mensagem de aumento, para que evitassem os debates em Plenário e o servidor público do Estado foi usurpado nos direitos de discutir tão relevante matéria, através dos seus representantes legítimos que aqui encontram assento nesta Casa, que são os Deputados de ambas as bancadas, eleitos com os seus preciosos e tão buscados votos.

Agora, só nos resta clamar para o bom senso do Governo para que pense, ao menos, em amenizar o triste Natal do servidor público do Estado do Paraná.

Em São Paulo, o Governo está anunciando o pagamento do 13.º Salário, correspondente à gratificação de Natal instituída ainda em 1978, pela Lei Complementar 180, de 12 de maio daquele ano, e que vem sendo paga desde 1.º de agosto de 1978, e o que faremos no Paraná, Sr. Presidente? Envergonharemos por certo, de não apreciar o que é de mais sagrado, para aquele que presta serviço para este Estado, que é um dos mais pujantes da Nação, e o que é ainda pior, Sr. Presidente, a visita do Presidente da República, ao Paraná, agredindo ao Estado inteiro, que é um dos Estados que mais carrega divisas aos cofres públicos, e que traz com sua produção, recursos à Nação brasileira, vem dizer que um retrocesso dependerá da Oposição. Ele quer se referir a qual Oposição? À que ele desmantelou, àquela que eles agrediram nos treze anos de luta, Sr. Presidente?

Não agüentamos mais. A Nação brasileira não suporta mais a impostura do regime. Não suporta mais os oitenta por cento de inflação. Crianças abandonadas, grevistas agredidos. Não há mais o que falar, Sr. Presidente. Ele deveria renunciar a este cargo que ele está usando ilegítimamente, porque não foi eleito pelo povo, mas pela impostura daqueles que obrigam a sua investidura, porque agora, na reforma partidária, ficou atestado, por mais uma vez, que a ilegitimidade está concretizada nos Anais do Congresso Nacional e este homem detém o Poder, usurpado do povo, sem nenhuma legitimidade.

E o que é pior, Sr. Presidente, para concluir...

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer mais que este ano, a energia elétrica já subiu pela segunda vez. A primeira, foi de cinquenta por cento, que depois, a título de desbaratar a inflação, foi para quarenta por cento, e agora está aumentando novamente, mas pior do que isso, é a defasagem do salário, o custo de vida e a inflação, tanto paregoada em 1964, como um dos postulados da

redenção do País, voltou a ser pior do que à época que eles chamavam de caos.

Onde está a eficiência deste Governo tecnocrata, Sr. Presidente?

Lamento, Deputado Gilberto Carvalho, pela falta de tempo que o Presidente já faz soar as campainhas, e gostaria de debater mais o assunto, se não fosse o decurso do prazo para passar a Mensagem do aumento do servidor público.

Aqui vai o apelo ao Governo do Estado, que encaminho à Mesa, para dar, através de requerimento subscrito pela liderança e por este Deputado, a observação de que é necessário que o Governo do Estado conceda um abono de emergência ao funcionalismo do Paraná, para que ele não sofra a amargura de passar um Natal dos mais tristes que já passou até hoje.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Osasco.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 105/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANACITY, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 112/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de LOANDA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 117/79), que aprova Resolução n.º 143/79, celebrada entre os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, alterando o convênio celebrado entre os mesmos Governos e que dispõe sobre a criação do sistema CODESUL/BRDE. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 131/79), que aprova Termo de Renovação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando execução de obras ao Projeto de Complementação da Via de ligação Curitiba/São José dos Pinhais, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 135/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 137/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de IPORÃ, objetivando execução de obras de combate à erosão do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Tancredo Benghi, ocorrido em Austin - Texas - EUA. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento hoje proferido a diversas autoridades. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Manoel e Fuad Nacli, com o apoio de diversos Srs. Deputados Palácios e Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tancredo Benghi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Lei números 127 e 139/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "As Mensagens de Televisão", de autoria do Athos Budó, publicado no jornal "Diário do Noroeste". — **Aprovado.** (O artigo acha-se publicado no final desta ata). —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, lido na tribuna, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, no sentido de que dentro do menor prazo possível, passe a existir rodovia moderna e asfaltada entre Pérola e Nova Olímpia, via Icaraíma. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que autorize o credenciamento do Hospital de Conselheiro Mayrink, junto ao FUNRURAL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Squarez e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a concessão de Abono de Emergência aos Servidores Públicos do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, em forma de pedido de informações sobre a paralisação da construção da rodovia que ligará Umuarama a Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (**Pausa**). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**). 11 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para votação nem para prosseguimento

da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 03, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 130 e 131/79;

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 54 e 58/79;

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 145/77, 59, 70, 87, 101, 109, 132, 158, 160, 164, 175, 176, 182 e 183/79; e de Resolução n.ºs 132, 133, 134, 135, 136 e 137/79.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR
DEPUTADO PINTO DIAS, EM 30 DE NOVEMBRO
DE 1.979**

"AS MENSAGENS DA TELEVISÃO"

A televisão brasileira nesta nova fase de liberdade que se instalou no País, começa a apelar para fatos que, a médio prazo, irão complicar a vida do povo, criando novos conceitos de família, de amor e também de sexo.

Outro dia, assistimo o programa MALU MULHER, onde se destacava a licenciosidade, a libertinagem das protagonistas que traziam à tona, assuntos complexos de sexo e lesbianismo, coisas completamente estranhas à vida do nosso povo, preocupando que está! com o dia a dia na luta pelo pão nosso.

Deu a televisão também, total ênfase ao crime de Búzios, aparecendo o réu, Doca Street, como o salvador da pátria, como paladino de virtudes excelsas. A vítima, infelizmente, e isto já era do esquema, foi pintada com cores negras de mulher devassa, uma autêntica Messalina. Ora, sem entrar no mérito de "quem é quem", para nós, simples espectadores, não interessa as mazelas havidas nas alcovas de Cabo Frio nem isso constrói ou contribui para a cultura de nossa gente que vive mais interessada em assuntos amenos, que, embora não levando a nada, distraem e se não engrandecem, pelo menos não prejudicam ou não criam modismos e inovações na família brasileira.

Ultimamente, deram destaque, inclusive, ao mago Garrincha, homem de todos os poderes, que cura cegos e paráliticos, livrando os pacientes de todos os males... Dizem eles, os comunicadores, que essa figura estranha, é um homem paranormal e possui o dom de distribuir a saúde e o bem-estar a quem dele se acerca.

Essas balelas são resultantes de um mundo cão. Isto tudo, principalmente com relação a esse mago, são distorções que a televisão cria, representando a negação da ciência e da pesquisa. Em breve, tudo estará esquecido e o mágico voltará a seu anonimato, gozando as delícias da vida...

Uma personagem da novela Os Gigantes, agora, totalmente neurótica e esquizofrênica, entendeu de proclamar o amor livre, e fica brincando com o sentimento de dois tontos que irão fazer as vezes, não de marido, mas de simples reprodutores da espécie humana, já que não lhes devota qualquer sentimento de amor.

Não quer ela um casamento abençoado pela Lei de Deus e dos homens; quer ela, isto sim, um acasalamento próprio dos irracionais, objetivando um filho, um herdeiro. Mas, meu Deus do céu, onde estamos? A mim parece que isto tudo é fim de uma época que necessita de uma total revisão não só de propósitos mas também de conceitos. Se a personagem da novela, uma devoradora de homens assim age e assim pensa, o que não irão pensar os jovens ainda imaturos, despertando para a vida?

Com esses absurdos dessas novelas, as bases da família estão enfraquecendo, e, enfraquecida a família que é a célula

mater da sociedade, tudo irá por água abaixo, na voragem do desconhecido.

Os problemas da sociedade existem, são claros. No entanto, mal postos, mal interpretados ou interpelados dubiamente, trazem não raro, as piores conseqüências.

Aí estão os curandeiros, aí estão os "gays" que agora se reúnem em torcidas de futebol, aí estão as mulheres livres, e aí estão os machões...

Nem porisso, porque existem, devem ser tratados como heróis, como líderes, dando-lhes a televisão, um trono, como se fossem as criaturas mais importantes deste País.

Para o trabalhador do salário mínimo, para o menor desamparado, para o excepcional, para os velhos, para os doentes, ninguém dá a menor bola, e a televisão, gananciosa e parcial na apreciação dos problemas, não lhes presta a menor atenção,

nem lhes dedica programações em horários nobres.

A perdurar essa inversão de valores, em breve tudo vai para o "beleléu" e o caos será o senhor supremo.

A televisão presta alguns serviços, principalmente no que tange ao noticiário, mas também subliminarmente, propõe-se ao estiolamento da família, com a destruição do nosso mais valioso patrimônio.

Diz Pinto da Rocha, o poeta: "A família é o asilo sereno de todas as purezas, caridosa mansão onde todas as dores têm conforto; atmosfera de carinho em que as injustiças encontram esquecimento; claustro sagrado em que as injúrias recebem perdão; berço perfumado onde à noite adormecem embaladas as nossas amarguras para despertarem na alvorada seguinte, cantando e transformadas em sorrisos, A família é um pedaço do céu que a Providência deixou na terra para que a alma aprendesse a viver na eternidade".